

Peregrinos da Terra Prometida: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa (1975-2003)

Silvana Maria Ferreira*

Sinopse

A partir de pressupostos da Doutrina Social da Igreja e do mito da Terra Prometida, a Comissão Pastoral da Terra dialoga com teorias presentes no campo histórico-social contribuindo para a implantação de projetos específicos de desenvolvimento. A construção do Reino de Deus foi identificada em um primeiro momento - de 1975 até finais dos anos 80 - com “a luta pela construção de uma sociedade socialista” e em um segundo momento - de 1990 até os dias atuais - com a “agroecologia” que ensejaria relações mais harmoniosas entre os homens e seu meio ambiente, cumprindo-se dessa maneira a profecia da “terra sem males”.

Palavras-chave: Comissão Pastoral da Terra, Doutrina Social da Igreja, Terra Prometida, Socialismo, Agroecologia.

Abstract

Based on assumptions derived from the Church's Social Doctrine and the Promised Land myth, the Pastoral Commission of the Land discusses theories present in the social-historical field, thus contributing to the implantation of specific development projects. The construction of God's Kingdom was first – from 1975 until the end of the 80s – identified with “the struggle for the construction of a socialist society” and later, in a second moment - from 1990 until nowadays, with an “agroecology” which would provide more harmonious relations between men and their environment, thus accomplishing the prophecy of the “land without evil”.

Key-words: Pastoral Commission of the Land, Church's Social Doctrine, Promised Land, Socialism, Agroecology.

* Professora de História na rede municipal de ensino de Juiz de Fora, especialista, mestre e doutora em Ciência da Religião, PPCIR-UFJF.

1 Os Primeiros Elementos de um Projeto Agrário na Comissão Pastoral da Terra: a opção pelo socialismo e a construção de uma matriz político-religiosa no período de 1975 a 1990

A Comissão Pastoral da Terra, organismo pastoral reconhecido pela Congregação Nacional dos Bispos do Brasil, foi criada em 1975, momento de expansão do capitalismo no campo, quando o Estado brasileiro priorizava com incentivos fiscais as agroindústrias e os latifúndios em detrimento da pequena produção familiar. Sua ação pastoral, em consonância com as práticas da “Igreja Popular”¹, sempre vinculou a fé a um compromisso com a justiça social.

Seu envolvimento com os trabalhadores rurais pode ser observado em várias frentes: formação político-religiosa; assessoria jurídica; mediação no conflito com o Estado (constituindo-se em várias ocasiões como partícipe nesse, em oposição aos governos); e ainda como responsável por divulgar e implantar projetos de desenvolvimento econômico, a partir de constantes debates com teóricos do meio científico e dos movimentos populares.

Ao dialogar com as teorias científicas e ideologias políticas do mundo moderno e *aderir criticamente* a projetos de desenvolvimento agrário do campo histórico-social, a CPT terá sempre em vista a preservação de um núcleo básico de valores contidos na Doutrina Social da Igreja² que serão incorporados e discutidos pela Teologia da Libertação, como a questão da caridade, da fraternidade, da justiça social e da doação, sendo o campo considerado como

¹ Pedro Assis Ribeiro de OLIVEIRA, Estruturas de Igreja e Conflitos Religiosos. De acordo com o autor, a “Igreja de Libertação” ou “Igreja Popular”, constitui-se como uma corporação religiosa que se desenvolve a partir da década de 70, com base nas CEBs, inspiradas pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência de Medellín. Na “Igreja Popular” religião e prática política relacionam-se tão intimamente que geram “um novo modo de ser Igreja”, realizando um trabalho propriamente religioso, produzindo e reproduzindo significados sagrados que dão sentido à vida social, inaugurando uma nova espiritualidade, um novo modo de ler a Bíblia, bem como uma nova liturgia, sendo importante o papel da Teologia da Libertação na veiculação de suas idéias, fundamentação teórica de práticas pastorais e projetos de ação, assim como na transmissão de suas experiências.

² Compreendemos por Doutrina Social da Igreja a compilação do pensamento social da Igreja organizada principalmente a partir do advento da modernidade, sendo que os vários pontificados, a partir de então, procuraram responder aos problemas sociais da sociedade secularizada baseando-se nas tradições escriturárias e na fala dos profetas, mas também no diálogo com correntes de pensamento e movimentos que percorrem a humanidade, em um movimento cíclico de avanços e recuos neste processo. O tema básico das representações religiosas em questão é o da justiça social, compreendida como uma necessidade humana indispensável para comunidade cristã. Desta forma, valores como a misericórdia, a partilha, a doação e a fraternidade são preconizados como possibilitadores da justiça social e da construção do *Reino de Deus*. Cf. Pierre BIGO, *A Doutrina Social da Igreja*.

lugar de preservação da família, agente social importante na reprodução destes valores. O projeto ao qual a CPT irá aderir ganha especificidade quando adotado pela pastoral na medida em que sua motivação é prioritariamente de ordem religiosa: A construção do “Reino de Deus na terra”. Seus agentes, imbuídos de símbolos religiosos como o do *Êxodo* e da *Terra Prometida*, lutam pela reforma agrária, por políticas agrícolas e pela formação de partidos políticos e sindicatos combativos, mas sua proposta não se esgota com os reclames políticos e econômicos, ao contrário, o que se objetiva é englobar os diversos aspectos da vida social, principalmente o religioso. Desta forma a mensagem cristã e os símbolos religiosos vêm fornecer um sentido de totalização às relações sociais, constituindo o que aqui é denominado de projeto político-religioso.³ Verificamos que o projeto adotado pela CPT está afeito às condições históricas nas quais se delinea, mas também objetiva resguardar um núcleo tradicional de valores que são apresentados como verdades eternas pela Igreja Católica. A pastoral irá, portanto, aderir a projetos agrários que incentivem a pequena produção familiar, como garantia da pequena comunidade, que é um ideal católico de convivência por garantir valores tradicionais⁴ ligados à família, à vida comunal e à solidariedade vicinal.

Identificamos durante os vinte e quatro anos de trajetória da pastoral duas orientações diferentes quanto a projetos de desenvolvimento, que podem ser explicadas por mudanças na sociedade como um todo e na Igreja em especial.

A primeira fase compreende o período que vai do ano de 1975 ao final da década de 80, sendo que o contexto eclesial é marcado pelos pronunciamentos do Concílio Vaticano II, das Conferências de Medellín e Puebla e da Teologia da Libertação, que discute os pressupostos da Doutrina Social da Igreja. Quanto aos movimentos leigos, este foi um período em que a sociedade civil e política foi impedida de se manifestar desde o golpe militar de 1964.

³ Jorge ROMANO, *Política e religião*.

⁴ Chamamos aqui de valores tradicionais aqueles valores ligados à vida no campo que estabelecem um processo de nomização, no qual funções, comportamentos e idéias são comumente pré-estabelecidos, indicando um processo lento de mudanças em relação ao movimento da modernidade, que incentivado pelo advento das cidades inaugurou um novo modo de estar no mundo, indicador de uma pluralidade de funções, comportamentos e idéias sobre as quais o indivíduo tem que se posicionar.

Nesta primeira fase percebemos a influência da ideologia socialista no trabalho pastoral, com experiências de coletivização na organização e produção, no uso dos instrumentos agrícolas e na apropriação da terra.⁵

De acordo com Poletto:

Um organismo pastoral tem de concretizar seu serviço no possível, isto é, no processo de luta do povo (...) aberto ao futuro, sempre disposto a questionar, sempre insatisfeito (...) O ponto de chegada é o Reino de Deus. Ele vai sendo construído pelos homens no processo de sua humanização, que deverá passar pelo *processo econômico-social do socialismo*.⁶

Ainda de acordo com o autor:

(...) estava presente, sem dúvida, uma crítica aos modelos de socialismos existentes, predominando a idéia de que no Brasil, e em cada outro país, devia ser construído um socialismo diferente marcado pela história, pela cultura e por outras características de cada nação. Havia uma posição crítica em relação à prática dos partidos de esquerda, todos *filiados e ligados* a uma determinada realização socialista, assumida apaixonadamente como a *única via verdadeira*.⁷

A forma como a pastoral neste momento acreditava cumprir sua missão junto aos trabalhadores rurais, para que construíssem a tão sonhada sociedade socialista, era principalmente incentivando-os a criar novos sindicatos e partidos políticos, opondo-se à política tradicional e ao atrelamento do sindicalismo com interesses estatais.

⁵ De acordo com Luiz Eduardo WANDERLEY, *Os cristãos, o socialismo e projetos históricos alternativos*, configurou-se na América Latina entre os anos 60 e 90 uma matriz *sui generis*, sendo possível verificar no projeto da "Igreja Popular" a combinação de reflexões e práticas que incluem componentes messiânico-proféticos e componentes das ideologias revolucionárias, apontando para a idealização do socialismo numa articulação entre ingredientes escatológicos e éticos que reúnem salvação espiritual e temporal, verificando-se um projeto global de sociedade nacional que se perseguia, tendo por referência o socialismo, e alguns encaminhamentos **posteriores**, tendo em vista a crise e derrocada do chamado socialismo real.

⁶ Ivo POLETTO, *A CPT, a Igreja e os camponeses*, p. 43.

⁷ Id., *A terra e a vida em tempos neoliberais*, p. 39.

Quanto ao relacionamento da CPT com partidos de esquerda, foi marcado por tensões. Na busca pela hegemonia política os agentes pastorais são considerados como controladores e contrários à autonomia dos trabalhadores.

Por outro lado, havia influência desses partidos na CPT. Vários agentes influenciam o direcionamento do trabalho pastoral mediante a referência marxista de que o processo revolucionário deveria ser dos operários, dos proletários, e não dos camponeses. Acreditando-se que o agricultor proprietário se tornaria um pequeno-burguês, sendo determinado estruturalmente a ser contrário à socialização, meta maior do processo, trabalhou-se prioritariamente com os não-proprietários, ou aqueles que tinham a terra apenas precariamente como os parceiros, arrendatários ou posseiros. O trabalho coletivo e a terra titulada coletivamente, ao invés de familiarmente, passam a ser prerrogativas do trabalho pastoral.

A prática da “Igreja Popular” no campo neste período esteve intimamente ligada à questão da coletivização⁸, seja nas experiências de organização comunitária da produção, seja no uso dos instrumentos agrícolas e da terra em comum.

Afirma Ivo Poletto⁹ que, ao lado da primeira orientação que se impôs nesses primeiros anos da pastoral, fundada no *temor* com as tradições camponesas, principalmente em relação à pequena propriedade de tipo familiar, considerada capitalista e promotora do espírito burguês, oposta às transformações socialistas, existiu uma segunda orientação, de *encanto* pelas tradições camponesas, considerando as vantagens da pequena propriedade familiar para a transformação das condições vividas pelos trabalhadores. Esta última perspectiva, minoritária no primeiro período, constituiu-se em oposição à primeira, na medida em que idealizava a pequena propriedade familiar como fonte de vida baseada em valores que se contrapunham à decomposição da vida nas cidades. A idéia de *comunidade* era nesse sentido identificada com a forma de vida dos pequenos proprietários, constituindo-se a comunidade rural como antídoto contra a vida urbana.

Por outro lado, a condição da apropriação e do trabalho coletivo imposta pelos agentes pastorais esbarrou na cultura dos trabalhadores que até então tinham a reprodução de suas unidades produtivas vinculadas ao trabalho familiar. A resistência oposta por eles propiciará intensos debates na CPT sobre a melhor forma

⁸ Neide ESTERCI et alii, *Cooperativismo e coletivização no campo*.

⁹ A terra e a vida em tempos neoliberais, uma releitura da história da CPT, In: *CPT A Luta pela*

de propriedade a ser adotada. Desta maneira, apesar da prioridade dada a uma ou outra forma em momentos específicos de desenvolvimento, em quase todos os assentamentos em que a CPT está presente convivem pelo menos três sistemas de produção quanto às formas de propriedade: a familiar, a cooperativa e a coletivizada.¹⁰

Apesar das diferentes perspectivas, havia elementos utópicos que unificavam as duas forças aparentemente antagônicas fazendo-as convergir. Tanto aqueles que tinham *temor* quanto aqueles que tinham *encanto* pelas tradições camponesas objetivavam liquidar com o latifúndio e a grande propriedade, permitindo o acesso à terra aos trabalhadores, com promoção de formas coletivas de domínio e de uso da terra, inspirada em *relações comunitárias* que remetessem às imagens do “Reino de Deus” e da “Terra Prometida” e aos fundamentos da Doutrina Social da Igreja, que prevêem a precedência do direito de uso, da função social da propriedade, sobre a propriedade absoluta.¹¹

A mensagem cristã permite nesse contexto que tendências conflitantes convivam internamente na CPT possibilitando uma prática em comum. Por outro lado, a fluidez dos símbolos e imagens religiosas propiciará constante ressemantização no diálogo com as teorias de desenvolvimento do campo histórico-social sobre o modelo mais apropriado aos propósitos religiosos.

Dessa maneira é possível compreender a aderência da CPT a projetos histórico-sociais distintos que vigoraram dos anos 70 aos anos 90 no Brasil, com a passagem de uma perspectiva predominantemente coletivista que vigorou entre os anos que vão de 1975 ao final dos anos 80, para a perspectiva da agricultura familiar sustentável a partir dos anos 90.

terra, p. 21-69.

¹⁰ De acordo com Carlos Alberto Steil, na ocasião da defesa de minha dissertação de Mestrado, “*A agricultura familiar como ideal cristão: uma análise sociológica da política agrária da Comissão Pastoral da Terra*”, as diferentes formas de propriedade presentes no campo indicam que os projetos da CPT não se desenvolvem de forma linear, sendo que os rumos tomados por ela dependem em grande parte da tensão que se estabelece entre ideologia e cultura.

¹¹ O Documento da CNBB *Igreja e Problemas da Terra* resgata a idéia da função social da terra, afirmando que o direito de propriedade não pode ser considerado de forma absoluta, sendo que a propriedade somente é considerada legítima se cumpre sua função social de permitir uma vida justa.

2 A Comissão Pastoral da Terra nos Anos 90: a proposta de um projeto agrário baseado na agroecologia como defesa da família

Na segunda fase de desenvolvimento, a CPT sofre a influência de mudanças ocorridas na Igreja em especial e na sociedade como um todo.

A Igreja é marcada pela Conferência de Santo Domingo, quando se reforça o papel hierárquico da instituição, retraindo-se o diálogo com o Socialismo. O tema da libertação tem dificuldade de se manter na linha das reformas estruturais e a dimensão religiosa da fé é priorizada sendo proposta uma inculturação.¹² A CPT seguindo orientações institucionais enfatiza sua especificidade cristã, reforçando a mística e elementos como a ecologia.

A teologia passa neste período a discutir a razão antropocêntrica e a necessidade de se construir uma ética que se contraponha não só à dominação entre os homens, mas entre estes e a natureza. Questiona-se o papel da religião no processo de dissociação de ambos, propondo-se nova integração, com o homem colocando-se como parte e não acima ou fora da natureza com o poder de dominá-la.¹³ A racionalidade passa a ser questionada *com* paradigmas que indicam a formação de uma nova cultura que não nega a racionalidade, mas apontam para o resgate da subjetividade.¹⁴

O meio científico e o movimento popular também se defrontam com novas questões mediante a implosão do império soviético, o neoliberalismo e a globalização, passando a discutir o predomínio de uma razão instrumental e as transformações estruturais a partir da ótica econômica, apostando na reforma democrática do Estado.

Na “Igreja Popular”, com a dificuldade de sobrevivência do socialismo real, somada às transformações ocorridas na Igreja como um todo e no movimento popular, passa-se da idéia de revolução à perspectiva de reorganização da

¹² O processo de inculturação sugerido propõe escuta mútua e troca de experiência, considerando-se as diferentes contribuições das culturas camponesa, afro e ameríndea no processo de evangelização. Sobre evangelização inculturada, ver Francisco Assis Serrão DINELLY, *Evangelização e libertação*: de Medellín a Santo Domingo.

¹³ Cf. Victor CODINA, *Teologia simbólica da terra*; cf. tb. Leonardo BOFF, *Ecologia mundialização e espiritualidade*; tb. Antônio MOSER, *O problema ecológico e suas implicações éticas*.

¹⁴ Subjetividade compreendida como adoção das formas qualitativas e intuitivas do pensamento, de modo que a certeza intuitiva se estabelece acima da razão e a experiência espiritual sobre a experiência material. Neste sentido ver Karl MANHEIM, *O significado do conservantismo*.

sociedade, tendo por eixo a democracia e a luta pela constituição da cidadania, ainda que se mantenha um certo encanto pelo modelo socialista.

A idéia da democracia estava presente na primeira fase da CPT, mas subordinada às mudanças estruturais. Hoje sua construção é reivindicada como emergencial numa perspectiva mais propositiva, de reforma democrática do Estado, num movimento que caminharia da sociedade civil para a sociedade política, valorizando-se o micro em novas ênfases como o reforço do poder local, os conselhos e organizações não-governamentais (ONGs), diferentemente do primeiro período, quando a pastoral priorizava o trabalho com partidos políticos e sindicatos de esquerda, numa idealização de transformação radical da sociedade.

Por outro lado, seguindo uma orientação também presente no movimento popular, passa-se da visão classista e de um projeto mais global de sociedade fundado no socialismo para uma visão do pluralismo dos sujeitos protagonistas e dos projetos políticos. Os *sujeitos libertadores* a partir de então não são os camponeses considerados como uma classe homogênea, mas categorias sociais que no campo se mobilizam a partir de situações concretas e que sofrem diferentes tipos de dominação ou despertam para uma nova sensibilidade como o movimento negro, organizações indígenas, organizações de mulheres, movimento ecológico, etc.

Setores do movimento popular, organizações não-governamentais e entidades de assessoria técnico-científica adotam o modelo da agricultura familiar, dentro dos princípios da auto-sustentabilidade e da ecologia.

A CPT também passará a defender a agroecologia. De acordo com Maurício Arroucha¹⁵ esta constitui-se como alternativa viável à globalização por ser portadora de princípios e leis naturais da produção agrícola e também por ser o resultado da inter-relação entre a ciência agrônoma, outras disciplinas científicas e o saber acumulado pelos camponeses e indígenas.

Nesse sentido, o autor propõe uma reforma agrária com *agricultura sustentável* dos pontos de vista econômico, social, tecnológico e ambiental, atendendo-se aos objetivos da segurança alimentar e da preservação dos recursos genéticos e ecossistemas, bem como da diversidade de culturas, sugerindo a utilização de recursos internos, o combate aos organismos

¹⁵Desenvolvimento na agricultura, in: CPT, *A Luta pela terra*, p. 99-112

geneticamente engenheirados e o rompimento do pacote agroquímico imposto pelo Estado.

O socialismo sai da ordem do dia, não deixando de ser lembrado, mas o lugar epistemológico que ocupou não tem mais a força constitutiva de um projeto. Este foi ocupado pelo modelo da agricultura sustentável, exercida por famílias nucleares, que hoje enseja debates e discussões dentro da pastoral.

3 Uma Análise Comparativa das Duas Fases da Comissão Pastoral da Terra

Podemos verificar que em sua primeira fase, compreendida entre os anos que vão de 1975 ao final da década de 80, a CPT constrói sua identidade opondo-se principalmente ao Estado expropriador e às classes sociais por ele favorecidas: os latifundiários e empresários do campo.

Por outro lado, se diferencia dos princípios marxistas ortodoxos, pois apesar do diálogo com os marxistas a CPT opõe-se a pressupostos da esquerda quando propõe o potencial revolucionário dos camponeses, contra a idéia de que a transformação social deveria vir dos proletários das cidades, divergindo da concepção de que a religião simplesmente colabora com a manutenção do *status quo*, revertendo a análise marxista ortodoxa da religião como “ópio do povo”.

A Comissão Pastoral da Terra se difere ainda da própria Igreja Institucional, pois ao contrário da *terceira via*, solução negociada entre o capitalismo e o socialismo, adere ao sonho *socialista*. Apesar disso, sua prática não deixa de ser referendada pela CNBB, que a legitima dando-lhe garantia em um momento em que a própria Igreja entra em conflito com o Estado, necessitando preservar valores fundantes da instituição contidos na Doutrina Social da Igreja.

Na segunda fase de desenvolvimento da CPT, verificamos que a interpretação da Doutrina Social da Igreja está em maior consonância com a tradição de interpretação da Igreja Institucional. O modelo da agricultura familiar baseado na agroecologia se adequa mais facilmente ao modelo da cristandade que idealizou as pequenas propriedades e as famílias regularmente constituídas

dentro da referência da família cristã, na medida em que incentiva tradições culturais e religiosas. A solidariedade defendida pela Doutrina Social estaria de certa forma garantida se essas famílias se pautassem pelo ideal da *pessoa humana* tecendo laços com as outras pessoas através de associações cooperativas, mas indo além da forma do contrato e relacionando-se de acordo com os valores cristãos da partilha e da doação. Por outro lado, a CPT ao admitir princípios da agricultura familiar, com famílias proprietárias, trabalhando individualmente, contribui para que se dissipe o principal elemento de tensão na relação entre orientações “cepetistas” e orientações institucionais, estas últimas, fonte de resguardo da tradição doutrinal. Desta forma indicamos uma *afinidade eletiva*¹⁶ da agroecologia com o ideal idílico camponês das pequenas comunidades rurais defendido tradicionalmente pela igreja.

Mas se teoricamente estes modelos refletem uma afinidade, sendo viável a conciliação entre a Doutrina Social da Igreja e o projeto da agroecologia, é preciso apontar também para as diferenças existentes entre o modelo de sociedade da cristandade ideal¹⁷ e o modelo que hoje a CPT projeta na sociedade.

Nas duas fases analisadas o projeto ao qual a CPT adere tem em vista a realidade brasileira, compreendida sob a perspectiva latino-americana. Na primeira fase há o questionamento da dominação das camadas populares pela Igreja, pelo governo e pelo capital internacional, trabalhando-se por mudanças na sociedade e na própria Igreja, com a utopia socialista. Na atualidade, a consciência ecológica na CPT denuncia a contribuição dos países desenvolvidos no processo de exploração predatória dos bens da natureza e da pauperização dos países do Terceiro Mundo. A briga pelo direito sobre as sementes e produtos da natureza utilizados e aperfeiçoados pelos trabalhadores, contra as transferências de organismos engenheirados geneticamente dos países ricos

¹⁶ Max WEBER, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. A Sociologia compreensiva de Weber se utiliza do conceito para explicar a relação entre o espírito capitalista e a ética protestante. Utilizamo-lo aqui para demonstrar a afinidade eletiva do projeto da agricultura familiar ecológica com o ideal idílico das pequenas comunidades tradicionalmente defendido pela Igreja.

¹⁷ O modelo da cristandade é situado historicamente no período da Idade Média, quando a igreja reunia em suas mãos o poder religioso e o poder secular, englobando todos os aspectos da vida do indivíduo, fornecendo-lhe justificativa para viver numa ordem social hierárquica, revestindo todos os aspectos da vida social, econômica e política do caráter de mistério. Sobre o transcurso de aspectos da cristandade medieval para o Brasil Colonial, Riolando AZZI oferece um bom estudo de caráter histórico-filosófico em *A cristandade colonial*, mito e ideologia.

para os países pobres, caracteriza-se como elemento de contestação da dominação estrangeira sobre os recursos naturais.

Em um período em que se complexifica a questão da mediação no campo, em que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) constitui-se como o principal representante dos trabalhadores “sem-terra” – e é bom lembrar que o movimento, hoje autônomo, teve seu nascedouro nas bases da CPT, onde se formaram várias de suas lideranças –, a CPT redireciona sua ação priorizando o que denomina a luta “na terra”, ao contrário de seus primeiros anos quando a ênfase maior era dada à luta “pela terra”. O trabalho político com os “proletários do campo”, a “luta pela terra” e a tão sonhada Revolução Socialista situam-se agora como campo hegemônico do MST. A CPT por outro lado disputa espaço para trabalhar com os assentados e “agricultores familiares” junto a ONGs, sindicatos e novos movimentos sociais como os de negros, mulheres, indígenas, ecológicos, que ajudou a construir. Dessa maneira a tônica atual é a “luta na terra”, que, revestida do ideal ecológico e de sustentabilidade, objetiva manter-se em oposição ao capital estrangeiro e nacional, às suas agroindústrias, às indústrias de sementes, inseticidas e insumos químicos.

Por outro lado, aceitam-se parcerias com o Estado, incentivando-se a escuta dos trabalhadores e sua interferência nos projetos de desenvolvimento. Permanece a crítica do capitalismo, da globalização e do neoliberalismo. Parcelas expressivas desses cristãos mantêm sua opção por grupos, partidos e atitudes consideradas de esquerda.

Dessa maneira adota-se postura diferente da tradicional, quando as desigualdades e a exploração social eram legitimadas pelo simbolismo cristão.

Quanto à família, os valores morais de docilidade e abnegação, tradicionalmente impostos à mulher, são colocados frente ao novo papel que ela assume diante da necessidade de tecer a própria história, o que a faz viver dialeticamente papéis que lhe foram impostos tradicionalmente pela Igreja ao mesmo tempo em que passa a ocupar um lugar diferente na sociedade, com maior participação inclusive política.¹⁸ Com os símbolos cristãos e seus filhos ao

¹⁸ Sobre antigos e novos papéis sociais assumidos pela mulher mediante a legitimação dos símbolos cristãos, ver Madeleine Cousineau. *ADRIANCE, Terra prometida*; ver tb. Karem ARMSTRONG, *Uma história de Deus*; tb. Silvana Maria FERREIRA, *O papel da religião na*

colo as mulheres se organizam em verdadeiros exércitos, defendem filhos e maridos, enfrentam policiais armados, constituem-se como líderes comunitários, candidatam-se e se elegem a cargos políticos. Algumas delas atravessam o Atlântico e representam trabalhadoras do Brasil em congressos internacionais.¹⁹ A constituição do feminino e masculino com o qual a Igreja sempre trabalhou convive com elementos novos reforçados pela “Igreja Popular”, que contribuem para a complexificação da questão do gênero, na medida em que incentivam uma nova postura das mulheres tanto na família como na sociedade como um todo. A CPT acompanha a trajetória das mulheres à luz da Bíblia, promovendo discussões e facilitando sua organização, possibilitando desta forma a emergência de referenciais que iniciam reflexões sobre o lugar tradicionalmente ocupado pelas mulheres na sociedade. O modelo de mulher que desponta no campo merece mais estudos que venham apontar sua significação social, indicando em que medida as relações verticalizadas e a imagem de mulher como simples complemento do homem são vividas concretamente pelos homens e mulheres envolvidos.

Em relação à sociedade, a perspectiva de convívio com a pluralidade dos atores e experiências também indica um modo de estar no mundo diferente daquele da cristandade que projetava o monopólio católico na sociedade, objetivando a unidade religiosa, moral, social, econômica e política.

Concluindo, verificamos que são os símbolos religiosos da Doutrina Social da Igreja que permitem à CPT um diálogo com o mundo laico, tanto em sua primeira versão, quando se aposta na construção de uma sociedade socialista, quanto em sua segunda versão, quando se defende o projeto da agroecologia. Desta forma, à idéia de comunhão que o campo representou no período pré-moderno, somou-se o ideal de uma vida controlada pelo próprio sujeito, característica da modernidade, sendo que este sujeito vem compreendido numa relação *holística* em seu meio natural e social, apontando para a emergência da nova consciência ecológica da *pós-modernidade*, sendo que a ressemantização

construção histórica da identidade feminina.

¹⁹ Maria Aparecida do município de Piripiri, Piauí, no Seminário Nacional da CPT, “Perspectivas para o campo e inserção da CPT”, realizado entre os dias 20 e 23/11/96 em entrevista à pesquisadora, afirma que viaja freqüentemente, participando de congressos nacionais e internacionais na luta pelos direitos das mulheres camponesas e que o cuidado com a casa acaba ficando na responsabilidade do marido e de seus filhos, que reclamam a sua ausência, mas que

constante dos símbolos da Doutrina Social e do mito da Terra Prometida garantirão a permanência da CPT nos diferentes contextos. A possibilidade de recriação do projeto agrário da CPT se deve em grande parte ao fato deste se apresentar não só como político, mas principalmente como religioso, vindo carregado de símbolos que são ressemantizados, permitindo a manutenção da utopia cristã.

Em um contexto no qual o campo religioso brasileiro se complexifica, em que antigas tradições cristãs e também novos movimentos religiosos como a “nova era”, passam a trabalhar na perspectiva da ecologia nos perguntamos sobre mudanças ocorridas na CPT. Pergunta-mo-nos sobre a presença de novas classificações e formas de se lidar não apenas com o elemento religioso, mas também com o político e o científico, ilustrativa de uma consciência que problematiza a racionalidade cartesiana e aponta para a emergência de uma “mística e ética mais encantadas”²⁰ que seriam propiciadas em grande parte pelo desenvolvimento de uma consciência ecológica, que estaria se disseminando pelos diversos campos de saber.

Referências bibliográficas

- ADRIANCE, Madeleine Cousineau. *Terra prometida*, as Comunidades Eclesiais de Base e os conflitos rurais. São Paulo: Paulinas, 1996.
- ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. A atualidade da doutrina social da igreja e a Teologia da Libertação. *Perspectiva Teológica*. Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, nº 59. Belo Horizonte, abril de 1991.

compreendem que se ela parar de lutar “aí é que não terão mesmo o que comer”.

²⁰ Silvana Maria FERREIRA. Pesquisas recentes, ainda em curso no PPCIR da UFJF, no Curso de Doutorado, realizadas no estado do Rio Grande do Sul, sobre a CPT e o desenvolvimento da agricultura ecológica nesse estado, apontam preliminarmente para o deslocamento da racionalidade utilitária e a presença de uma economia alternativa, cujos fins não se resumem ao faturamento econômico, e propiciam a assunção de uma sociabilidade baseada em encontros afetivos entre produtores agroecológicos e consumidores, com responsabilidades recíprocas sobre o bem estar, considerando-se, além da satisfação das necessidades materiais, a busca da experiência espiritual, em um processo de aproximação contemplativa dos homens entre si e destes em relação ao meio ambiente.

- _____. *Fé e eficácia, o uso da sociologia na Teologia da Libertação*. São Paulo: Loyola, 1991.
- ARMSTRONG, Karem. *Uma história de Deus, quatro milênios de busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- AZZI, Riolando. *A cristandade colonial, mito e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BIGO, Pierre. *A Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1969.
- BIGO, Pierre. & ÁVILA, Fernando. *Fé cristã e compromisso social, elementos para uma reflexão sobre a América Latina à luz da Doutrina Social da Igreja*. 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 1981.
- BINGEMER, Maria Clara & IVERN Francisco. *Doutrina Social da Igreja e Teologia da Libertação*. Seminários Especiais Centro João XXIII. São Paulo: Loyola, 1994.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia, mundialização e espiritualidade*. (Série Religião e Cidadania), São Paulo: Ática, 1993. CNBB. *Igreja e problemas da terra*. São Paulo: Paulinas, 1980.
- CODINA, Victor. *Teologia simbólica da terra*. Trad. e adapt. Eduardo Sugizaki. Petrópolis: CPT, Vozes, 1996.
- CPT. *CPT, dez anos de caminhada, conquistar a terra, reconstruir a vida*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CPT. *A luta pela terra, comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.
- CPT. *Relatórios das Diretrizes e Linhas de Ação das Assembléias e Seminários de 1977 a 1997*. Goiânia.
- CPT. *Relatórios de Conflitos no Campo de 1985 a 1997*. Goiânia.
- DINELLY, Francisco Assis Serrão. *Evangelização e libertação: de Medellín a Santo Domingo, estudo crítico-teológico sobre a evangelização nos documentos de Medellín, Puebla e Santo Domingo*. Departamento de Teologia, PUCRIO. Rio de Janeiro, 1996. (tese de doutorado)
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular, movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. ANPOCS. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- ESTERCI, Neide et alii. *Cooperativismo e coletivização no campo, questões sobre a prática da "Igreja Popular" no Brasil*. *Cadernos do ISER*, nº 16. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1984.
- FERREIRA, Silvana. *A agricultura familiar como ideal cristão: uma análise*

- sociológica da Comissão Pastoral da Terra. Departamento de Ciência da Religião, UFJF, Juiz de Fora, 1999. (dissertação de mestrado)
- _____. *O papel da religião na construção histórica da identidade feminina*. Trabalho apresentado à disciplina História da Religião na América Latina, Departamento de Ciência da Religião, UFJF, 1996. (mimeo)
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil, 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MANHEIM, Karl. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, M. (Org.). *Sociologia*. (Coleção Grandes Cientistas Clássicos). São Paulo: Ática, 1982.
- MARTINS, José de Souza. Prefácio In Neide ESTERCI et alii, *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da "Igreja Popular" no Brasil*. Cadernos do ISER, n.16. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1984.
- MOSER, Antônio. *O problema ecológico e suas implicações éticas*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma, catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- NOVAES, Regina. Igreja Católica, reforma agrária e Nova República. In: *Religião e Sociedade*, 12 (3). Rio de Janeiro: Campus, 1985.
- OLIVEIRA, Pedro Assis Ribeiro. Estruturas de Igreja e Conflitos Religiosos. In: Sanchis, Pierre (Org.). *Modernidade e Tradição*. Grupo de Estudos do Catolicismo do ISER. São Paulo: Loyola, 1992.
- PAIVA, Vanilda. *Igreja e questão agrária*. Seminários Especiais Centro João XXIII. São Paulo: Loyola, 1985.
- POLETTTO, Ivo. A Comissão Pastoral da Terra e a questão agrária. In: PAIVA, Vanilda. *Igreja e questão agrária*. Seminários Especiais Centro João XXIII. São Paulo: Loyola, 1985.
- _____. A CPT, a igreja e os camponeses, In: CPT. *Dez anos de caminhada: conquistar a terra, reconquistar a vida*. Petrópolis: Vozes, 1985-.
- _____. A terra e a vida em tempos neoliberais, uma releitura da história da CPT. In: CPT. *A Luta pela Terra, a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*, São Paulo: Paulus, 1997.
- ROMANO, Jorge. *Política e religião, Igreja Católica e a representação do campesinato*. XVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1992.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Os cristãos, o socialismo e projetos históricos alternativos*. VIII Jornada sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, 1998.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.